

# Problemas de Historiografia Helenística

**Breno Battistin Sebastiani,  
Fernando Rodrigues Jr.,  
Bárbara da Costa e Silva (coords.)**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

**SI REPARATA DICI POTEST LIBERTATE DEPOSITA:  
AUGUSTO E A DECADÊNCIA DE ROMA NA HISTÓRIA AUGUSTA  
(*Si reparata dici potest libertate deposita: Augustus and the decadence of  
Rome in the Historia Augusta*)**

MOISÉS ANTIQUEIRA

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6377-030X>

RESUMO: É bem conhecido o fato de que o anônimo autor da *História Augusta*, conjunto de biografias imperiais datada do final do século IV, não elaborou uma biografia acerca do primeiro *princeps* romano, Augusto. A despeito disso, a tradição manuscrita supérstite, que se inicia com Adriano e se encerra com Caro e seus filhos, contém várias passagens relativas a Augusto, em especial aqueles que concernem às listas canônicas de “bons imperadores”, à sucessão imperial e às relações entre imperadores e o Senado romano. Em meu entender, a *História Augusta* apresenta Augusto e seu principado como uma síntese das imperfeições que a narrativa vincula à história imperial como um todo, em meio aquilo que Mathias Haake (2015) define como “padrão antimonárquico” que singulariza a perspectiva histórica defendida pelo ignoto autor.

PALAVRAS-CHAVE: *História Augusta*; imperador Augusto; historiografia tardo-antiga; discurso antimonárquico; decadência de Roma.

ABSTRACT: It is a well-known fact that the anonymous author of the *Historia Augusta*, a late fourth-century collection of imperial biographies, did not compose a biography about the first Roman *princeps*, Augustus. Despite of that, the surviving textual tradition, beginning with Hadrian and ending with Carus and his sons, contains several passages on Augustus, especially those concerning some canonical lists of “good emperors”, the imperial succession and the relationship between emperors and the Roman Senate. In my view, the *Historia Augusta* presents Augustus and his principate as a summary of the shortcomings the narrative links to the course of imperial history, an approach related to something Mathias Haake (2015) describes as an “antimonarchic pattern” that distinguishes the historical perspective formulated by the unknown author.

KEYWORDS: *Historia Augusta*; emperor Augustus; Late Antique historiography; anti-monarchic discourse; decadence of Rome.

Início este texto remetendo-me a Ronald Syme. Certa vez, ele definiu a *História Augusta* (doravante HA) como “a garden of delights, with abundant refreshment”<sup>1</sup>. Inúmeros pesquisadores há muito revolvem tamanho jardim – pelo menos desde 1889, quando Hermann Dessau argumentou que a obra havia

---

<sup>1</sup> Syme 2001 (1968): 4.

sido elaborada por apenas um único autor, ao contrário daquilo que se lê no próprio texto, que assinala um total de seis biógrafos como os responsáveis pela redação da narrativa supérstite, a qual contempla uma série de *vitae* que se inicia com o imperador Adriano e finda com Caro e seus dois filhos, Carino e Nume-riano.

Assim sendo, em que pese a enorme quantidade de trabalhos produzidos acerca da *HA*, julgo que a análise de aspectos marginais que se observam na narrativa pode contribuir para o debate historiográfico a respeito da obra, porquanto tais elementos possam desvelar traços estruturantes que conferem unicidade ao conjunto das biografias, à maneira do que autores como Stéphane Ratti propõem<sup>2</sup>. No entanto, é preciso registrar a existência de estudos anteriores focados nas representações que a *HA* oferece a respeito de Augusto, a começar pelo texto que Rudolf von Haehling produziu ainda nos meados dos anos 1980<sup>3</sup>. Recentemente, Nelu Zugravu<sup>4</sup> e Rajko Bratož<sup>5</sup> elaboraram trabalhos referentes às diferentes maneiras pelas quais Augusto foi apresentado em várias narrativas históricas tardo-antigas, incluindo (embora de forma mais pontual) a *HA*.

Nossa investigação, portanto, segue uma trilha já aberta por tais estudiosos. Porém, o foco não recai sobre todos os trechos da *HA* que abordem, direta ou indiretamente, a figura de Augusto. Antes, a intenção é a de problematizar quais os possíveis significados atribuídos às ações do *princeps* no que tange a questões que perpassam as biografias, como são os casos da sucessão imperial, da relação entre os imperadores e o Senado (da cidade) de Roma e, em particular, do papel conferido a Augusto no decurso da própria história romana.

Para tanto, não é possível privilegiar uma ou outra das *vitae* que integram a *HA*. Nossa proposta implica uma abordagem panorâmica, que leva em conta passagens que se notam em várias das biografias. Neste caso, cabe ressaltar que tomo por princípio a ideia de que a *HA* deriva dos esforços ensejados por um único sujeito, de orientação pagã, durante os meados da década de 390 – muito embora se faça necessário reconhecer que a questão da multiplicidade ou não da autoria não desfrute de consenso<sup>6</sup>. Do mesmo modo, não nutro pretensão alguma

---

<sup>2</sup> Ratti 2012: 48.

<sup>3</sup> Vide o estudo de Haehling intitulado “Augustus in der *Historia Augusta*”, publicado em 1985 como parte integrante da coletânea que reuniu as pesquisas divulgadas nos *Historia Augusta Colloquia* realizados em 1982-1983. Infelizmente, não foi possível consulta-lo para a redação do presente capítulo.

<sup>4</sup> Zugravu 2014.

<sup>5</sup> Bratož 2015.

<sup>6</sup> Daniël den Hengst sustenta a ideia de que a moderna crítica historiográfica sobrevaloriza os vestígios que favorecem a perspectiva de um autor singular, em detrimento de outros que dariam sustentação ao ponto de vista contrário. Para tanto, ver Hengst 2010 (2002): 181. Igualmente, Jean-Pierre Callu afirma que o corpo principal da narrativa teria se encerrado com os acontecimentos do ano de 238. Assim, as biografias destinadas aos governantes posteriores àquela data, atribuídas aos nomes de Trebélío Polião e de Flávio Vopisco, teriam

no que concerne à análise das eventuais fontes que haviam sido consultadas pelo desconhecido autor no que se refere a Augusto. Posto isto, para cumprirmos com os objetivos elencados no parágrafo anterior, dividiremos o capítulo em duas partes. A primeira oferece uma chave de leitura quanto à estrutura da *HA*, pautada sobre uma reflexão que enfatiza a noção de “mithistória”, tal como empregada na própria narrativa. Em um segundo momento, explorar-se-á os potenciais sentidos conectados à figura de Augusto no interior do texto.

### MITHISTÓRIA: AS VERDADES DA *HA*

No geral, não há grande dificuldade em se separar os gêneros da prosa histórica greco-latina: a princípio, a “biografia” se ocupava das ações e do caráter de determinados personagens, via de regra tomados como exemplares. Em sua pluralidade de formatos, a “história” se encarregaria da narrativa dos acontecimentos que, por seu turno, dissessem respeito a um dado povo ou tipo de sociedade. No entanto, atualmente tornou-se corrente a ótica de que a escrita sobre o passado durante a Antiguidade romana seria caracterizada por certa indistinção (na prática, se não em teoria) entre *historia* e *vita*. Logo, as diferenciações entre os gêneros discursivos seriam menos efetivas do que se poderia supor ou do que apregoavam as formulações teóricas que os antigos nos legaram<sup>7</sup>.

O esvaecimento das fronteiras entre história e biografia ampliou-se ainda mais ao final do século IV, período em que a *HA* provavelmente foi composta. A razão para tanto se encontra no fato de que “l’impérialisation de l’historiographie”<sup>8</sup> consistia em processo há muito consolidado. Ou seja, a cultura histórica romana passou, a partir de Augusto, a se confundir com o poder imperial, estimulando assim a personalização da narrativa. Ao mesmo tempo, a duração do reinado de cada imperador tornar-se-ia a unidade cronológica sobre a qual se alicerçava a inteligibilidade da diferença temporal, algo que aproximava ainda mais a história da biografia. Para estudiosos como Eugen Cizek, à época do Principado já teria ocorrido um esgarçamento da própria acepção de *historia*, por meio do qual o formato biográfico passou a ser concebido como “história”<sup>9</sup>. A *HA* não daria senão mostras disso, ao (jocosamente) assegurar que procederia de modo assimilável ao de *alios annalium scriptores* (*HA. Aurel. 17. 1*) ou quando rotula o historiador Tácito como *scriptorem historiae Augustae* (*HA. Tac. 10. 3*).

---

sido redigidas em algum outro momento e, por conseguinte, incorporadas à estrutura original da *HA*. Logo, o texto supérstite teria sido escrito em várias etapas, quicá empreendido por número proporcional de autores. Ver Callu 2014: 168.

<sup>7</sup> Kraus 2010: 405.

<sup>8</sup> Inglebert 2010: 102.

<sup>9</sup> Cizek 1985: 20.

O caso envolvendo a *HA*, porém, guarda muitas peculiaridades. Quer a definamos como uma “falsificação” ou uma “impostura”, fato é que contempla um sem-número de informações inverídicas, de documentos que jamais existiram e de remissões a autores que foram pura e simplesmente inventados. Anthony Birley, por exemplo, destaca o baixíssimo percentual de dados concretos, factíveis, arrolados na maioria das *vitae*, como no caso da *Vida de Tácito* (15.3 por cento) ou da *Vida de Diadúmeno* (Diadumeniano), com cifra na casa de míseros 5 por cento do total de informações apresentadas nessa fração da obra<sup>10</sup>.

Não é de surpreender que, diante de um autor que zomba da *fides* histórica – talvez em *HA. Aurel. 2. 1-2* nos deparemos com a passagem mais saliente em relação a tal artifício<sup>11</sup> – parte dos estudiosos superdimensiona o caráter literário e retórico das biografias. No entender do já citado Syme (1971: 285), a *HA* se confundia com “a romance with plain didactic purpose”, argumentando que equivaleria a uma “história ficcional”<sup>12</sup>. Tamanha postura é levada ao extremo em trabalho recém-publicado: David Rohrbacher (2016: 3) assegura que grande parcela das passagens inventadas no texto resultava de alusões feitas a outros escritores (em especial Suetônio, Amiano Marcelino e Jerônimo), de maneira que “the identification of these allusions [...] is one of the primary purposes for which the work was created”. Sendo assim, averiguadas tais alusões em seu conjunto, constatar-se-ia a ausência de “an overarching political or religious agenda”<sup>13</sup>.

Entretanto, é salutar que reflitamos sobre a *HA* a partir de outros vieses. Para tanto, recorro a Tzvetan Todorov e os usos da noção de verdade na escrita da história e na literatura. Afirma-se que todo texto historiográfico lida com duas facetas do conceito, quais sejam, a “verdade-adequação” e a “verdade-desvendamento”. A primeira se refere ao plano da facticidade, isto é, a algo que necessariamente ocorreu ou não, sem que haja maior possibilidade de contestação; por sua vez, a segunda remete a zonas cinzentas, relativas à aspiração de se “desvendar a natureza de um fenómeno (sic), não a estabelecer factos (sic)”<sup>14</sup>. À narrativa historiográfica compete, pois, conciliar ambos os sentidos da ideia de verdade, ao passo que a literatura se fia geralmente no segundo desses dois aspectos.

---

<sup>10</sup> Birley 2006: 23.

<sup>11</sup> Em meio a mais uma de suas invenções, o autor da *HA* reporta um diálogo entre o “biógrafo” Flávio Vopisco e Júnio Tiberiano, prefeito da cidade de Roma entre 303 e 304. Diz-se que, “no que se refere à história, não há quem não tenha mentido”, axioma que valeria igualmente para historiadores como Salústio, Tito Lívio ou Tácito (*HA. Aurel. 2. 1*). Diante disso, Tiberiano exorta Vopisco com as seguintes palavras: “Escrevas [...] como quiser. Estás seguro por conta do que desejes dizer, pois haverás de ter como companheiros no engodo aqueles historiadores (*historicae... auctores*) a quem admiramos por conta da eloquência” (*HA. Aurel. 2. 2*).

<sup>12</sup> Syme 1971: 285.

<sup>13</sup> Rohrbacher 2016: 3.

<sup>14</sup> Todorov 1992: 128.

Pois bem. Penso que o ignoto autor da *HA* toca nessa dupla significação da verdade a partir do emprego do termo “mithistória”, acerca do qual não existem outras ocorrências em meio à literatura grega ou latina. Assim, em *HA. Macr.* 1. 1 e 1. 3-5, lemos que:

“As vidas de tais imperadores, os usurpadores ou Césares que não reinaram por longo tempo, permanecem obscuras, porque nada há em suas vidas privadas que mereça ser narrado – nada saberíamos a respeito deles se não tivessem aspirado ao império – e não se pode falar muito sobre seus reinados, porque foram efêmeros. Vamos expor, contudo, as informações que descobrimos em diversos historiadores, e serão aqueles fatos dignos de serem mencionados. [...] É assim que Júnio Cordo dedicou-se a publicar as vidas de imperadores que ele considerava os mais desconhecidos, mas não teve muito resultado, pois ele encontrou somente poucas informações, que não mereciam passar à posteridade. Ele afirmava que os detalhes mais ínfimos deviam ser expostos, como se nos importasse saber, mesmo a respeito de um Trajano, de um Antonino Pio ou um Marco, quantas vezes eles apareceram em público, em que momento modificaram seu regime alimentar, quando trocaram de roupa ou a quem, e em qual ocasião, eles concederam promoções! Andando atrás de todas estas ninharias e narrando-as, ele encheu livros com mithistórias (*libros mythistoriis replevit*), embora sobre assuntos insignificantes nada se devesse escrever, ou muito pouco, desde que eles permitam conhecer o caráter, que é o que realmente interessa conhecer – mas somente em parte, para que deles se possa inferir o restante”<sup>15</sup>.

O trecho estabelece uma espécie de declaração programática, em que se atestava quais seriam os fatos que competiriam ao biógrafo narrar e aqueles que, pelo contrário, não passariam de “ninharias” (*rerum vilium*), nas quais Júnio Cordo – um dentre os tantos nomes inventados na *HA* – teria se apoiado. Todavia, na medida em que a principal função da biografia seria a de dar a conhecer o caráter dos *purpurati*, argumenta-se que até mesmo as minúcias possuem relevância, propiciando ao leitor a possibilidade de formular ajuizamentos a respeito dos imperadores<sup>16</sup>.

Ora, mesmo um leitor incauto não deixaria de observar que a prática que se atribui a (e se condena em) Júnio Cordo caracteriza, ironicamente, a própria *HA*, sobretudo nos casos envolvendo as vidas dos usurpadores e, após o ano de

<sup>15</sup> O termo se repete na *Quadriga de Tiranos (HA. Quad. Tyr. 1.2)* em um passo no qual define-se o biógrafo Máximo – personagem real, que escreveu durante as primeiras décadas do século III – como “o homem mais prolixo de todos, que se embarçou em volumes inteiros de mithistória (*qui et mythistoricis se voluminibus implicavit*)”. Nos casos específicos dos trechos em que aparece a palavra “mithistória”, utilizo-me das traduções oferecidas por Maria Luiza Corassin (2001: 10-11). As demais traduções são de minha responsabilidade.

<sup>16</sup> Corassin 2001: 12.

238, aquelas relativas também aos soberanos tidos por “legítimos”. Que o autor da narrativa pudesse se divertir com esses jogos mentais não ousou negar. Almejo, porém, salientar dois pontos: o trecho reproduzido anteriormente se inicia com o apontamento de um problema palpável, factível. Em fins do século IV, todo literato que se interessasse pelos “*usurpadores e Césares que não reinaram por muito tempo*”, em particular os do século III, se veria efetivamente envolto em sérias dificuldades para redigir um texto que não fosse abreviado, dada a escassez de informações. Tal constatação, nesse caso, cumpre com os termos da “verdade-adequação”. Contudo, o autor da *HA* soluciona a questão por meio do rompimento completo com tal sentido da verdade: quer dizer, em larga medida ele elaborou uma narrativa permeada por passagens que carecem da mínima facticidade.

Por outro lado, passos como os vistos em *HA. Macr.* 1. 1-5 alimentam a controvérsia que cerca a obra até hoje. Ainda que possam configurar um recurso destinado a iludir – ou mesmo entreter – o leitor, faz-se preciso considerar que a narrativa da *HA* engendra uma diferença entre “the text proper and the devices by which this text is presented to the reader”<sup>17</sup>. Os seis nomes apresentados como autores das *vitae* que formam a obra, a temporalidade em que se alegava narrar (isto é, as primeiras décadas do século IV) e a profusão de escritores fictícios assinalados como fontes de informação consistem em elementos a partir dos quais o autor da *HA* se posiciona perante os seus leitores. Diederik Burgersdijk argumenta que a utilização de um narrador que se apresenta sob múltiplas *personae* visava despertar a atenção do público leitor ou ouvinte; este, uma vez enredado pela trama narrativa, encontraria uma grande quantia de nomes e evidências espúrias, bem como episódios fantasiosos, que o levariam a se dar conta dos aspectos ficcionais da *HA* como um todo<sup>18</sup>.

Desta forma, entendo que a noção de mithistória evoca os procedimentos adotados pelo autor da *HA*. O prefixo utilizado para cunhar a palavra, referente à *mythos*, sinaliza a perspectiva de “narrativa não histórica”, exprimindo “a idéia (sic) de uma narrativa inventada, imaginada por ficção”<sup>19</sup>. Ao fundir *mythos* com *historia*, a *HA* questionava a transparência das convenções que haveriam de reger a escrita da história na Antiguidade romana e, ao mesmo tempo, impelia os leitores a se indagarem quanto às expectativas que nutriam em relação à elaboração de um texto dedicado ao passado histórico. A fusão entre “ficção” e “história” que se opera no plano da narrativa resulta de um ato deliberado e estabelecido com vistas ao pleno conhecimento dos leitores.

Por seu turno, o vocábulo *mythistoria* também concerne à questão da verdade que se atribuía ao ato de se escrever história. A *HA* remetia, assim,

---

<sup>17</sup> Burgersdijk 2012: 240.

<sup>18</sup> Burgersdijk 2012: 245.

<sup>19</sup> Corassin 2001: 16.

a outro estatuto de verdade, aquele do universo mítico, em que a opção entre verdadeiro e falso não se colocava de maneira cristalina. A elaboração de um relato “mithistórico” permitia que a *HA* se livrasse das amarras da facticidade sem que renegasse a intenção de proferir verdades; quer dizer, muito daquilo que se lê na *HA* há de ser caracterizado como “fictício” se problematizado somente nos termos da “verdade-adequação”. Contudo, creio que a sugestão que Paul Veyne oferta acerca dos “programas heterogêneos de verdade” observados na Grécia antiga e referentes aos universos mítico e histórico podem igualmente ser utilizados para pensarmos o caso envolvendo a *HA*. O problema da facticidade permanece em suspensão no que diz respeito aos mitos, encarados como necessariamente diferentes, de modo que as proposições míticas seriam tão verdadeiras quanto as do mundo material, distinguindo-se apenas na medida em que pertenceriam a esferas ou programas de verdade específicos, porém análogos entre si<sup>20</sup>.

Daí, pois, que a obra se apresentasse de modo *sui generis*: como defende François Paschoud, é mediante o distanciamento em relação aos parâmetros aplicados para o gênero historiográfico na Antiguidade romana que a *HA* pôde exprimir-se e ilustrar de forma convincente aquilo que desejava transmitir<sup>21</sup>. Portanto, resta sublinhar em que medida a *HA* portava verdades no sentido do “desvendamento”. É chegado o momento, então, de nos voltarmos para a inserção do imperador Augusto ao longo da tessitura narrativa.

### **AUGUSTO E O PODER IMPERIAL NA HA**

As diferentes *vitae* que compõem a obra apresentam listagens “canônicas” em que se nomeiam quais teriam sido os *boni imperatores*. Tais passos podem ser encontrados em *HA. Pesc. Nig.* 12. 1, *Heliogab.* 1. 2, *Alex. Sev.* 10. 2-3, *Tyr. Trig.* 6. 6, *Claud.* 2. 2 e 18.4, *Aurel.* 42. 4, *Tac.* 6. 9 e 16.6 e, finalmente, *Prob.* 12. 2 e 22. 4. Destaque-se que a maioria dessas ocorrências emerge nas biografias que integram a parte final da *HA*, ou seja, naquelas em que a base factual do relato se mostra deveras escassa. Ademais, a inclusão de Augusto em algumas dessas listas não causa surpresa: via de regra, a produção historiográfica pagã não retratou Augusto de modo negativo, afinada que estava com um discurso de tendência pró-senatorial<sup>22</sup>.

O que nos chama realmente a atenção, no entanto, é o fato de que o autor da *HA* incluiu o nome de Augusto em apenas cinco daquelas listas. Trajano foi mencionado em todas as passagens, enquanto que Antonino Pio não foi citado somente em *HA. Tac.* 6. 9, figurando também em todas as demais. Evidente que

<sup>20</sup> Veyne 1984: 31-33.

<sup>21</sup> Paschoud 1988 apud Birley 2006: 28.

<sup>22</sup> Zugravu 2014: 71.



um levantamento meramente quantitativo consiste em algo pouco produtor. Mas a inclusão de Trajano em todos aqueles trechos sinaliza que a *HA* obedeceu a um *topos* recorrente no seio da historiografia latina pagã do século IV, qual seja, a de representá-lo como o *exemplum* (idealizado) de governante, em detrimento, entre outros, do primeiro *princeps*. Como esclarece Guillermo González del Campo, “a lo largo de la tradición literaria la figura de Trajano había cobrado fuerza como modelo del emperador que se necesitaba en los momentos en que el poderío romano se tambaleaba o, como poco, cambiaba de forma”<sup>23</sup>.

Por sua vez, recordemos que ainda nas décadas finais do século I já havia se forjado um posicionamento mais crítico quanto às ações de Augusto. Os historiadores tardo-antigos deram vazão a essa percepção e, ao mesmo tempo, acrescentaram novos aspectos, os quais se articulavam com as experiências políticas comuns à época em que viviam<sup>24</sup>. Talvez as omissões feitas ao nome de Augusto em parte daquelas listagens expressassem as interpretações ambivalentes que circulavam a respeito dele no ocaso do século IV: Haehling, por exemplo, teria sugerido que a decisão de não incluir Augusto em *HA. Claud.* 18. 4 ou *Prob.* 12. 2 decorria do fato de que o referido monarca manteve relações tensas com alguns senadores e, igualmente, não foi visto como um notável comandante militar<sup>25</sup>.

Não obstante, almeja-se ressaltar aquilo que efetivamente se lê sobre Augusto no interior da narrativa. A meu ver, a mais instrutiva das menções se encontra na digressão que abre a *Vida de Caro, Carino e Numeriano*. Acentua-se o ponto de vista de que, desde a fundação da *Vrbs Roma*, a história da *res publica* teria se caracterizado por diversas oscilações, pois “descobriremos que nenhuma outra havia florescido mais por causa de bons governantes ou padecido mais devido aos maus” (*HA. Car.* 2. 1). Em seguida, passam-se em revista diversas figuras relevantes no seio da memória histórica romana: o *conditor urbis Romae* Rômulo e seu sucessor, Numa Pompílio (*HA. Car.* 2. 2-3). Sob Tarquínio, o Soberbo, escreve-se que o vigor de “*nossa república*” sofreria uma interrupção por conta do caráter do monarca; isso, porém, acarretou uma “grave destruição”, qual seja, a queda da realza (*HA. Car.* 2. 4). Após assinalar os reveses que Roma conheceu diante dos gauleses, e sua posterior recuperação, bem como o sofrimento diante de Pirro e das Guerra Púnicas (*HA. Car.* 2. 5-6), a narrativa tece a seguinte consideração:

“Em seguida, tendo vencido Cartago e lançado seu império ao longo do mar, [a república] cresceu, mas enfraquecida por causa das discórdias com os aliados e extenuada toda sensação de felicidade, definiu enfraquecida devido às guerras civis até Augusto. Então foi restaurada por Augusto, se é

---

<sup>23</sup> González del Campo 2009: 46.

<sup>24</sup> Bratož 2015: 249.

<sup>25</sup> Haehling apud Bratož 2015: 261.

que por restaurada se pode chamar o abandono da liberdade (si reparata dici potest libertate deposita)” (*HA. Car. 3. 1*).

O autor da *HA* daria sequência às suas considerações, pontuando de que maneira esse movimento oscilatório, caracterizado mediante a ascensão sucessiva de imperadores *boni e mali*, resultava da ação da *fortuna*, a qual se regozijaria em transformar os rumos da *res publica* a partir de diversos acontecimentos (*HA. Car. 3. 7*). Finalmente, tamanha digressão se encerra com um questionamento que o autor dirige ao leitor: “Mas, por qual motivo temos nos detido em tais lamentos e circunstâncias de outros tempos? Passemos a *Caro*, um varão ordinário, por assim dizer, e postado antes entre os príncipes bons do que os maus, e seguramente entre os melhores se não tivesse deixado *Carino* por herdeiro” (*HA. Car. 3. 8*).

Sendo assim, a *HA* retomava temas explorados pela historiografia imperial: a noção de “crescimento orgânico” da *res publica* foi trabalhada no início do século II por Floro, no proêmio ao seu *Epitome*. Além disso, a ótica de que a história do período imperial seria marcada pela alternância entre épocas afortunadas e infaustas, com ênfase concedida ao papel da *fortuna*, distinguia a abordagem trazida por Aurélio Vítor em suas *Histórias abreviadas* (ou *Sobre os Césares*) entre os anos de 360-361. Como vimos, em sua breve e panorâmica interpretação da história romana “*ab urbe condita*”, a *HA* conferia à “restauração da república” por parte de Augusto um papel singular, a ponto de inclusive asseverar que Roma, depois do filho de Júlio César, “fosse lamentável em seu interior” (*domi tristis fuit*), “embora florescesse entre os povos estrangeiros” (*HA. Car. 3. 2*). Portanto, o estado de degenerescência vinculado ao final do período republicano, o qual assistira à guerra contra os aliados itálicos e aos conflitos civis, não teria sido substancialmente modificado na medida em que a *libertas* havia sido descartada sob Augusto, conforme se nota na *HA* em um passo com cores taciteanas (cf. *HA. Car. 3. 1*).

Neste sentido, o desenrolar da história romana era caracterizado à maneira dos seres humanos, vivenciando diferentes fases que se iniciavam com o nascimento, passavam pela maturidade e velhice para, por fim, alcançar a morte. Entretanto, o estabelecimento dessa sinonímia entre a vida humana e a história da sociedade demandava, como explica Isabel Moreno, um sofisticado ajuste por parte dos historiógrafos que lançassem mão de tal metáfora. Isto se devia ao fato de que não restaria senão o fim para dada sociedade assim que se atingisse a senectude. Daí que, por vezes, o final da “existência” de uma comunidade fosse articulado à ideia de um glorioso “renascimento”, mecanismo adotado com vistas a impedir que o relato histórico findasse em um ponto de chegada “organicamente” determinado<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Moreno 2001: 179.

Nestes termos, o principado forjado sob Augusto foi apresentado como sinônimo de um revés. A alternância entre bons e maus imperadores desnudava os vícios do sistema imperial, enquanto que a era republicana ainda era encarada como expressão de uma “idade de ouro” política e moral, fundamentada nos valores ancestrais<sup>27</sup>. Autores como Santo Mazzarino falam em uma “filosofia della decadenza” a mover a *HA*, em meio a qual a história de Roma repousaria sob a égide da *fortunalfatum*. A ênfase concedida ao acaso ou a elementos acidentais daria sinais de uma atitude resignada por parte do autor da obra<sup>28</sup>.

Mas a interpretação decadentista traçada pela *HA* seria complementada, ainda de acordo com Mazzarino, por meio de anseios quiméricos, como se notaria a partir da projeção feita a um mundo desprovido de soldados (cf. *HA. Prob. 20. 3*, em que se define tal situação como *salutare rei publicae*) ou da versão de que, sob Tácito, os senadores haviam retomado às rédeas do Estado romano, a ponto de terem feito saber às províncias e aos povos externos que “a república retomou à sua antiga condição e também os príncipes eram escolhidos pelo Senado” (*HA. Tac. 12. 1*)<sup>29</sup>.

Proponho que essas leituras alternativas da história não devam ser qualificadas apenas como utopias, conforme demonstrarei ao final do capítulo. No entanto, saliente-se mais um aspecto digno de nota: a aversão que a *HA* evidencia perante as guerras civis em função do potencial transformador que congregavam. A atmosfera pagã que se observa na *HA* fazia dos *mores maiorum* e da *patrios politeia* concepções eminentemente positivas<sup>30</sup>. Ora, ao instaurar um regime autocrático, Augusto teria agido em detrimento dos costumes dos ancestrais, o que redundou no tolhimento do poder do Senado, na abolição da *libertas* e, por fim, na possibilidade de o mundo romano ser governado por “tantos Neros” (cf. *HA. Car. 3. 3*), que superavam em quantidade os *boni principes*, algo assinalado, por exemplo, em *HA. Aurel. 42. 3 e 42. 5*.

A existência de vários e sucessivos “Neros” a assenhorear-se da *res publica* se relaciona diretamente com o passo que finaliza a digressão, em que se introduz as figuras que seriam biografadas na *vita* que fecha a obra, isto é, Caro e seus dois filhos. A transmissão do poder e a sucessão imperial são temas ingentes dentro da narrativa e, enquanto tais, remetem ao rompimento com os *mores* que Augusto havia promovido. Desta forma, a *Vida de Severo* fornece considerações assaz importantes. Dirigindo-se a Diocleciano, o ignoto autor arrolava exemplos de preclaros homens (Rômulo, Numa Pompílio, Camilo, os Catões, Júlio César e mesmo literatos como Virgílio e Terêncio, entre outros) que se destacaram por “não terem quase nenhum deles deixado um filho perfeito e útil”, fosse porque

---

<sup>27</sup> Zugravu 2014: 60.

<sup>28</sup> Mazzarino 2011 (1966): 248.

<sup>29</sup> Mazzarino 2011 (1966): 253.

<sup>30</sup> Mazzarino 2011 (1966): 253-254.

faleceram sem que tivessem gerado varões, fosse devido ao fato de que a prole que produziram era dotada de vícios tais que teria sido melhor que jamais houvessem tido descendentes (*HA. Sev. 20. 4-5*) – fatores, inclusive, que a *HA* emprega posteriormente em referência a Caro.

Augusto também foi enumerado entre aquelas personagens. Sobre ele, lemos que “*nem sequer teve um bom filho adotivo, ainda que ele houvesse tido a possibilidade de escolher entre todos*” (*HA. Sev. 21. 3*). A isto adicione-se, novamente, outra remissão aos desígnios da *fortuna*, em particular no uso que a obra faz de versos virgilianos dedicados a Marco Cláudio Marcelo, nos quais se lamentava a morte prematura do jovem<sup>31</sup>. A referência oblíqua a um dos herdeiros presuntivos de Augusto servia para salientar as fragilidades comuns a uma forma de poder alicerçada sobre um único homem: a *fortuna* privaria o mundo romano de *homines boni* como Marcelo, ao passo que permitiria que imperadores como Marco Aurélio e Septímio Severo engendrassem, respectivamente, herdeiros como Cômodo e Bassiano (isto é, Caracala) (*HA. Sev. 21. 5-6*).

Por sua vez, o comentário a respeito da ausência de filhos por parte de Augusto por si só contempla uma declaração de princípios. Os problemas inerentes à sucessão dos imperadores correspondiam à faceta mais visível de um posicionamento contrário ao poder imperial: a *HA* fomentava um “discurso antimonárquico”. Sendo assim, Mathias Haake indica que “if in a political system considered fundamentally flawed, the Roman Principate, the weal and the woe of the state is structurally bound to individuals, the principes, who – even when they number among the presumably good representatives of the species – are never represented in unequivocally positive terms, then it seems warranted to attributed an antimonarchic attitude to the author at least on the level of the discourse”<sup>32</sup>.

A despeito disso, Rohrbacher defende a ideia de que o emprego da poesia de Virgílio em passagens como *HA. Alex. Sev. 4. 6* jamais seria aceito por um público instruído, versado nas letras latinas, como algo apropriado a uma “sober biography”. Identificar a alusão ao poeta augustano era plenamente possível, argumenta-se, por parte de leitores que dispusessem do conhecimento literário e histórico para tanto, o que, todavia, não pode ser entendido como algo dotado de significado político ou religioso<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> Quanto a isto, ver *HA. Ael. 4. 1-2* e *Gord. 20. 5* (cf. também *Alex. Sev. 4. 6*). Marcelo era sobrinho de Augusto e faleceu em 23 a.C., quando contava com 19 anos de idade. Em 25 a.C., casou-se com Júlia, filha de Augusto, ato comumente interpretado como sinal de que ele havia sido alçado à condição de provável sucessor do imperador. Como edil curul no ano de sua morte, Marcelo parece ter granjeado grande popularidade para si em razão de jogos que organizou. O desaparecimento precoce da personagem motivou Virgílio a elaborar alguns versos em sua homenagem no Canto VI da *Eneida*.

<sup>32</sup> Haake 2015: 281.

<sup>33</sup> Rohrbacher 2016: 44-45.

A insistência de autores como Rohrbacher em subtrair à *HA* toda e qualquer dimensão polêmica leva-os a negligenciar a natureza política das alusões feitas a uma personagem como o desafortunado sobrinho de Augusto<sup>34</sup>. O uso dos versos da *Eneida* dedicados ao jovem Marcelo somente guarda sentido se o considerarmos como ilustrativo das mazelas que a narrativa atribuía às formas de transmissão de um poder exercido autocraticamente. Por isso é que, em *HA. Sev. 21. 3*, nem mesmo o princípio da adoção como base para a sucessão imperial pode ser julgado como uma solução apropriada: afinal, por mais que Augusto tivesse a oportunidade de realizar uma escolha adequada, seu filho adotivo – em uma referência à Tibério – foi rotulado em termos negativos.

Desta maneira, o principado de Augusto configurava um dos vetores do discurso antimonárquico veiculado pela *HA*, o qual, ao mesmo tempo, fazia da história romana pós-Ácio um período de declínio. Assim, ao se indicar porque Caracala, Geta e Severo Alexandre assumiram o *nomen Antoninorum*, a *HA* aclara que se tratava de algo prestigioso e arraigado entre todos, tal como o costume de denominar os imperadores pelo nome de “Augusto” (*HA. Carac. 9. 2, Get. 2. 2 e Alex. Sev. 10. 3*), como se “Antonino” tivesse se transformado em sinonímia para “Augusto” (isto é, para designar o governante). Além disso, mediante palavras colocadas na boca do próprio Severo Alexandre, explica-se que “o primeiro Augusto foi o primeiro fundador desse império e todos o sucedemos com o nome dele, como que por adoção ou por direito hereditário” (*HA. Alex. Sev. 10. 4*).

Logo, o papel de *auctor imperii* que se concederia a Augusto não poderia ter sido mais claramente explicitado; cabe lembrar que o nome de “Augusto” se aplicava tanto para imperadores retratados na narrativa de modo positivo (Severo Alexandre) quanto negativo (Caracala). Ora, é evidente que tal procedimento não causa espanto algum; mas o fato de o autor da *HA* ter optado por esclarecer algo tão óbvio para seus potenciais leitores me inclina a pensar que as oscilações entre bons e maus governantes se encapsulariam no próprio título de “Augusto”. Dito de outra forma, as fragilidades associadas ao sistema instaurado “pelo primeiro Augusto” seriam perpetuamente continuadas por todos os “Augustos” subsequentes, pois que todos possuíam algo em comum – “como que por direito hereditário” – com o “fundador desse império”.

Portanto, o uso de padrões antimonárquicos na narrativa consiste em aspecto estrutural na medida em que os mesmos podem ser notados nas representações que se veiculam a respeito, em particular, dos imperadores

---

<sup>34</sup> Concordo com a assertiva feita por Ratti de que “[on] s’est servi, dans ce contexte postmoderne, du caractère fictif désormais reconnu par tous de l’Histoire Auguste comme d’une arme contre la validité de son témoignage. On a délibérément et avec mauvaise foi confondu fiction et insincérité”. Vide Ratti 2012: 17.

qualificados dentre os *boni*<sup>35</sup>. Notoriamente, é o caso de Augusto, muito embora ele não seja, como bem se sabe, objeto de uma das *vitae* que integram o conjunto da obra. Em uma narrativa na qual se ressalta um bom número de usurpadores, Augusto foi apresentado – ao lado de Trajano, Adriano e Antonino Pio – como soberano que jamais havia sido derrotado por aspirantes à púrpura, reafirmando assim a máxima de que “bom imperador” algum havia sido vencido ou assassinado por “tiranos”, isto é, “usurpadores” (*HA. Av. Cass.* 8. 4 e 8. 6). Do que decorre que a longevidade no trono fosse assinalada como expressão de um bom governo: afirmava-se, inclusive, que era quase impossível que um homem vivesse quantidade de anos equivalente ao período em que Augusto governou o Império (*HA. Prob.* 22. 4).

Isto se relaciona também com o cultivo da clemência, ao que se assegura que, “*na verdade, não há coisa alguma que distinga mais o imperador romano diante das pessoas do que a clemência. Isso fez de César um deus, isso divinizou Augusto [...]*” (*HA. Av. Cass.* 11. 5-6). Tal predicado caracterizava o modelo de *civilis princeps* que havia sido projetado, justamente, durante as décadas em que Augusto governou, quando o soberano deu mostras de seu afastamento diante da *crudelitas* que tradicionalmente era associada com a ideia do *rex-tyrannus*. Não por acaso, Marco Aurélio é digno de elogio quando dele se diz que teria impedido a aplicação da pena capital a senadores ao tempo de seu reinado (*HA. Av. Cass.* 8. 7). Entretanto, detalhe curioso reside no fato de a *HA* não conferir explicitamente muitas virtudes a Augusto, com exceção, pois, da já citada *clementia* e, igualmente, da *moderatio* (*HA. Claud.* 2. 3).

Lembremos que a clemência corresponde a uma das qualidades associadas a Augusto desde o primeiro momento de seu principado, como demonstrado pelo “escudo da virtude” que o Senado de Roma havia conferido a ele após os arranjos institucionais estabelecidos no mês de janeiro de 27 a.C. Naquele contexto, a prática da clemência por parte do vencedor das guerras civis anunciava que os senadores e os cavaleiros que se alinharam a Marco Antônio teriam lugar em meio ao processo de “restauração da república”. Todavia, a exaltação da clemência de Augusto escancara o enfraquecimento da noção de *libertas*, uma vez que pode ser entendida nos termos de uma “misericórdia arbitrária, que escapa às regulamentações legais e, estando ligada ao príncipe, implica a manifestação da superioridade daquele em relação aos indivíduos considerados objetos de comiseração, isto é, todos os cidadãos romanos em potencial”<sup>36</sup>.

Diante do exposto, as passagens contidas na *HA* que ressaltam um protagonismo político por parte do Senado romano, especialmente após 238, não se reduzem a um devaneio – pelo menos, não no sentido de tornar o

<sup>35</sup> Haake 2015: 274.

<sup>36</sup> Antiqueira 2008: 9.

autor da obra um sujeito que se evadiria do mundo por meio da narrativa que produz. Concepções como a da “restauração senatorial” sob Tácito desvelam a perspectiva que o elusivo autor lançava sobre o passado, fortemente ancorada sobre uma visão “urbicêntrica” de mundo<sup>37</sup>. Com isto, afirmo que a *HA* configura uma narrativa calcada na *Vrbs* e concebida a partir dela ou, melhor dizendo, pautada nos interesses da instituição milenar cuja história se confunde com a própria cidade de Roma, qual seja, o Senado. Por conseguinte, a memória acerca do passado republicano mantinha-se como elemento primário de referência, o qual, todavia, tinha de ser conciliado com as realidades de um poder monárquico cuja existência remontava há quatro séculos, a ninguém menos do que Augusto.

Os catálogos de bons imperadores enumerados pela *HA* exprimem uma das maneiras pelas quais a historiografia imperial lidou com a tarefa de harmonizar as tradições republicanas com a existência dos sucessivos *principes*. Nestes termos, pode-se afirmar que o modelo de “monarquia republicana” alardeado à época augustana conheceu boa fortuna no interior da escrita da história durante o período imperial. Em que pese isto, a presença de Augusto na *HA* revela que, mesmo em fins do século IV, o regime autocrático podia ser pensado como anomalia: sob os ditames de uma romanidade construída a partir da cidade de Roma, a ascensão de Augusto marcava o início de uma longa e oscilante decadência dos *mores*. Se, portanto, os elementos ficcionais e utópicos presentes na narrativa da *HA* subvertem, ou mesmo ironizam, a verdade(adequação) dos fatos, não obstante desvendavam uma verdade de outra natureza: a existência de um inconformismo em face do legado deixado por Augusto. São questões como essa que nos relembram por quais motivos ainda nos fascinamos ao nos deleitar nesse jardim formado pela *HA*!

---

<sup>37</sup> Vide Inglebert 1996: 545-550.



## BIBLIOGRAFIA

- Antiqueira, M. (2008), “O escudo da virtude e a ideologia do principado augustano”, *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais* 5: 1-12.
- Birley, A. (2006), “Rewriting second- and third-century history in late antique Rome: the *Historia Augusta*”, *Classica* 19: 19-29.
- Bratož, R. (2015), “L’immagine di Augusto nella storiografia tardoantica”, *AntAltoadr* 88: 249-278.
- Burgersdijk, D. (2012), “*Qui vitas aliorum scribere orditur*. Narratological implications of fictitious authors in the *Historia Augusta*”, in K. de Temmerman & K. Demoen (eds.), *Fictional lives. Ancient biography and fictionality*. Cambridge, 240-256.
- Callu, J.-P. (2014), “Deux réflexions à propos de la structure de l’*Histoire Auguste*”, *RET* 4: 165-168.
- Cizek, E. (1985), “Les genres de l’historiographie latine”, *Faventia* 7: 15-33.
- Corassin, M. L. (2001), “Mythistoria”, *Revista de História (USP)* 144: 09-17.
- González del Campo, G. (2009), “Trajano en la literatura de corte de Teodosio y Justiniano”, *Talia dixit* 4: 43-71.
- Haake, M. (2015), “In search of good emperors.’ Emperors, Caesars, and usurpers in the mirror of antimonarchic patterns in the *Historia Augusta* – some considerations”, in H. Börm (ed.), *Antimonarchic discourse in Antiquity*. Stuttgart: 269-303.
- Hengst, D. D. (2010) [2002], “The discussion of authorship”, in D. D. Hengst, *Emperors and historiography. Collected essays on the literature of the Roman Empire*. Leiden: 177-185.
- Inglebert, H. (1996), “‘L’histoire de Rome’ dans l’Antiquité Tardive: un concept équivoque”, *Latomus* 55: 544-567.
- Inglebert, H. (2010), “L’historiographie au IV<sup>e</sup> siècle entre païens et chrétiens: faux dialogue et vrai débat”, in P. Brown & R. L. Testa (eds.), *Pagani e cristiani in dialogo. Tempi e limiti della cristianizzazione dell’Impero romano (IV-VI secolo d. C.)*. Münster: 93-108.
- Kraus, C. S. (2010), “Historiography and biography”, in A. Barchiesi & W. Scheidel (eds.), *The Oxford handbook of Roman studies*. New York: 403-419.
- Mazzarino, S. (2011) [1966], *Il pensiero storico classico*, vol. 3. Roma, Bari.
- Moreno, I. (2001), “El tiempo como categoría histórica: la periodización y las edades de Roma”, *Minerva* 15: 175-188.
- Ratti, S. (2012), *Polémiques entre païens et chrétiens*. Paris.
- Rohrbacher, D. (2016), *The play of allusion in the Historia Augusta*. Madison.



*Si reparata dici potest libertate deposita:*

Augusto e a decadência de Roma na História Augusta

Scriptores Historiae Augustae (1991) [1921], vol. 1. Cambridge, MA, London.

Scriptores Historiae Augustae (1993) [1924], vol. 2. Cambridge, MA, London.

Scriptores Historiae Augustae (1998) [1932], vol. 3. Cambridge, MA, London.

Syme, R. (1971), *Emperors and biography*. Oxford.

Syme, R. (2001) [1968], *Ammianus and the Historia Augusta*. Oxford.

Todorov, T. (1992), *As morais da história*. Lisboa.

Veyne, P. (1984), *Acreditavam os gregos em seus mitos? Ensaio sobre a imaginação constituinte*. São Paulo.

Zugravu, N. (2014), “Augustus în scrierile antice târzii (cu privire specială asupra breviariilor istoriografice)”, *Pontica* 47: 47-88.